



LIVROS E LEITORES, QUEM DEVORA O QUÊ? BREVES OBSERVAÇÕES SOBRE PREMIAR LIVROS IMAGINANDO LEITORES JUVENIS

*BOOKS AND READERS, WHO DEVOURS WHAT?
BRIEF REMARKS ON PRIZING BOOKS IMAGINING YOUNG READERS*

Cláudia Sousa Pereira  0000-0002-7298-3945
Departamento de Linguística e Literaturas da Universidade de Évora
CIDEHUS.UÉ - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da
Universidade de Évora
csousapereira@gmail.com

 <http://dx.doi.org/10.35572/rle.v21i1.2054>

Recebido em 22 de janeiro de 2021

Aceito em 04 de maio de 2021

Resumo: Este trabalho de cariz teórico-reflexivo começa por percorrer e recensear os regulamentos dos prémios atribuídos à literatura juvenil portuguesa constantes na base de dados da Direção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas (DGLAB). A partir da síntese conclusiva dessa análise dos conteúdos que os júris deverão ter em conta na sua seleção, traçamos o perfil que pode contribuir para a definição de uma literariedade que a “instituição-prémio” condiciona. E daremos a nossa opinião sobre a importância que é atribuída a essas características premiadas, da perspectiva de quem pretende formar mediadores de leitura: autónomos, atualizados e empenhados em prolongar o seu gosto literário para contagiar outros. No fundo, o que poderemos vir a considerar uma “escola de leitores literários”. Daremos o exemplo do caso de Afonso Cruz e *Os livros que devoraram o meu pai*, a partir da nossa experiência enquanto membro de um júri no ano de 2009.

Palavras-chave: Instituição-prémio literário. Leitor-modelo. Afonso Cruz.

Abstract: This theoretical-reflective work begins by going through and listing the regulations for prizes awarded to Portuguese youth literature in the database of the Direção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas (DGLAB). Based on the conclusive synthesis of this analysis of the contents that the juries should take into account in their selection, we draw the profile that may contribute to the definition of a literary condition that the “awarding institution” conditions. And we will give our opinion on the importance that is shown to these award-winning characteristics, from the perspective of those who intend to train reading mediators: autonomous, updated and committed to prolonging their literary taste and influence others. Basically, what we can come to consider a “school of literary readers”. We will give as an example the case of Afonso Cruz and his *Os livros que devoraram o meu pai* from our own personal experience as a member of the jury in 2009.

Keywords: Literary award institution. Model reader. Afonso Cruz.

1. O valor de um prêmio

Em contexto acadêmico, nas aulas introdutórias aos estudos literários, primeiras abordagens teóricas a esta área de conhecimento – ciência com história, epistemologia, linguagem, metodologia e aplicação próprias – aprendemos que um dos instrumentos que valoriza e centra autores e obras no sistema literário é a atribuição de prêmios. O peso social é sempre uma boa razão para se estudar um objeto cultural que ganha, assim, uma importância relativa. Mas só a história da recepção – leitura e crítica – desse objeto permitirá aos estudiosos aferir o seu valor social absoluto no conjunto do que se vai chamando Literatura.

Estamos aqui a referir-nos a prêmios atribuídos não por leitores, mas por painéis de júri convidados pelas instituições que os atribuem para avaliar as obras propostas num concurso. Normalmente, a premiação por parte dos leitores, quando estamos a falar de obras consideradas de qualidade por esta instituição-prémio ou outras instituições, como programas escolares ou produção científica em artigos e conferências, acontece pelo número de vendas das obras no mercado livreiro. Chegamos logo aqui a uma questão que, não parecendo condicionar o perfil do leitor-modelo nas suas competências e gostos de leitura de literatura, não pode deixar de ser equacionada, como veremos, na nossa sociedade contemporânea que, julgamos não dever diferir muito no mundo ocidental: a questão financeira.

Num interessante dossier da revista *Diacrítica*, publicada pela Universidade do Minho, intitulado “Prêmios Literários. O Poder das Narrativas e/ou As Narrativas do Poder” (*Diacrítica*, 29-3, 2015), a questão financeira não ocupa muito espaço nos cinco testemunhos que o compõem, alguns escritos por relevantes figuras também do panorama académico português: Ana Gabriela Macedo, Ana Luísa Amaral, Isabel Pires de Lima. Com a provocadora exceção do bem-disposto e testemunhal texto de Germano de Almeida que dedica muitos parágrafos ao assunto do prêmio monetário. A estes nomes, no dossier, acrescenta também o seu interessante contributo, em forma de ensaio, o investigador Nazir Can da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), Brasil.

Afirma, sem pejos, Germano de Almeida:

Quando se fala de prêmios literários, raramente se ousa falar do que neles, para muitos dos escritores, é mais importante, a saber, o seu valor pecuniário. Isso porque uma espécie de pudor inibe-os de falar em dinheiro, afinal das contas somos vistos como gente que vive nas nuvens ou então de palavras, intelectuais preocupados com as grandes questões que transcendem a vil matéria e elevam o homem a uma dignidade quase superior. Terá sido assim noutros tempos, quando os poetas se alimentavam da sua própria poesia, quando muito aceitando comer um ovo por dia. (ALMEIDA, 2015, p. 19)

À fama, ao prestígio e à ambição de uma posição no controverso lugar do, sempre tão polémico quanto promissor de eternidade, cânone, não é alheia esta questão que também contribui para outra face do estatuto do autor de literatura numa sociedade que se move pelo capital do dinheiro, a par do simbólico, do cultural e de outros que, ainda assim, permanecem. Não há lugar, na nossa sociedade, para a imagem de uma personalidade reconhecida que, mesmo quando intencionalmente construída enquanto

tal, signifique uma real condição de miséria material. Havendo-a, essa miséria, a sua exibição não passará pela imagem pública.

Por outro lado, nos prêmios literários internacionais, as obras admitidas numa determinada língua, revestem-se não poucas vezes de discussões com contornos diplomáticos que condicionam à partida a simples qualidade literária das obras e autores a concurso. Estes prêmios muitas das vezes têm critérios muito vastos, seguem tendências quase sazonais, como o número redondo de um aniversário de carreira. Como nos apresentam Silva e Keating (2017) num artigo intitulado *Complexités des prix littéraires et littérature française ou en français: paradoxes, mythes et enjeux d'une certaine idée de la littérature*, esta concorrência de várias nacionalidades falantes da mesma língua aplicada ao caso francês ou em francês é bem exemplar. Mas neste artigo, e porque se trata de uma análise suscitada a partir de dois prêmios Nobel atribuídos num relativamente curto intervalo de tempo a dois autores escrevendo em francês, e aplicável ao contexto da França em que o mercado do livro e os índices de leitura são bastante diferentes do contexto português ou em português, numa escala de mercado diferente, portanto, importou-nos destacar as seguintes afirmações, que equacionam os conceitos e questões que nos importam aqui a nós também:

les effets des prix sont paradoxaux : si on peut les voir comme les régulateurs d'une hyper-offre du marché, ils semblent également perpétuer une certaine idée de la littérature qui dicte un canon dont la matrice est pour une large part européenne. Dans cette perspective, l'attribution du « certificat d'universalité » (Casanova, 2008: 217) que représente le prix Nobel de littérature un iverselle des auteurs français semble fonctionner comme légitimation internationale de leur consécration dans le champ littéraire français. (SILVA; KEATING, 2017, p.77)

Se o prémio reconhece o autor e a obra mas também, como acabamos de ver, a língua, muitas vezes ele é, para quem o institui, uma forma de conquistar prestígio, já que o trabalho noutras instituições que confirmam o lugar central desses autores e dessas obras, a academia leia-se, o faz por obrigação e, ainda que cada vez menos, com alguma dificuldade em inaugurar o autor ou obra revelação, escudando-se no que já conquistou, minimamente, estatuto para figurar no programa curricular. Ana Gabriela Macedo inaugura o dito dossier da *Diacrítica*, resultante de um projeto de investigação aliado ao evento *Correntes d' Escrita*, apontando este aspeto:

Apraz-nos desde logo salientar esta pouco usual e a nosso ver crucial relação de cumplicidade entre a academia, no caso a Universidade do Minho e a sociedade civil através de um evento cultural que tem assumido um papel tão significativo local e nacionalmente, como o *Festival Correntes d'Escritas da Póvoa de Varzim*.

A nosso ver a Universidade só tem futuro se souber estabelecer sinergias vivas com a sociedade civil e se for capaz de criar redes de conhecimento, de debate e de reflexão para além dos seus próprios muros. (MACEDO, 2015, p.7)

Recuperando esta última frase algo apocalíptica, talvez por isso caricatural, de Macedo (2015, p.7), e aproximando-nos do nosso campo de estudo e interesse, importa percebermos como o sentido da reflexão necessária parecer ser o de se percorrer o

caminho inverso. Tal acontece porque, para além dos menos numerosos prémios de carreira reconhecendo personalidades que contribuíram de forma essencial para a qualidade literária dos livros infantis e juvenis que foram publicados para este segmento de leitores, muitos dos prémios suscitam a revelação e/ou o texto inédito, mesmo que de autor já publicado. É neste tipo de prémios que nos focaremos. Assim, num quase exercício de *pastiche* da afirmação de Macedo (2015), que procuraremos ir justificando, poderíamos encerrar esta parte do nosso texto, começando por afirmar que *a literatura infantojuvenil só tem futuro se souber estabelecer sinergias vivas com a Universidade e se for capaz de criar redes de divulgação, de promoção e de mediação para além do seu valor de mercado.*

2. A base dos nossos dados

Num trabalho para obtenção de grau académico que segue as teorias sociais de English (2005) e o campo literário tal como conceituado por Bourdieu (1998), este último é abordado na perspectiva da sua legitimação através dos prémios. Na dissertação intitulada *O Prestígio na Literatura: um estudo do campo literário brasileiro através do Portugal Telecom*, a autora, Camila Dacome (2018), diz sobre a sua investigação, colocando a pergunta inicial (*research question*), o que nos parece muito pertinente para uma abordagem sistemática e atualizada do assunto:

o prêmio literário, na verdade, serviria mais como um atestado de reconhecimento mútuo do que como o último e único instrumento de consagração literária. Afinal, não é incomum termos autores consagrados no campo sem que tenham recebido qualquer laureação. O oposto também pode acontecer, já que ganhar um prêmio literário não implica no pleno reconhecimento pela crítica. Assim, se o prêmio não é garantia de nada, a quem ele serve? (DACOME, 2018:16)

Fazendo uma abordagem cuidada de um *corpus* bem delimitado, um dos filões que parece ter-lhe servido também de inspiração, chamemos-lhe assim, Dacome (2018) trabalha os regulamentos e critérios dos prémios, também a partir do que English (2005) realça a propósito das polémicas, sobre as dinâmicas próprias destas formas de laurear autores. Não resistimos a citar a investigadora, de forma a perceber-se o quão interessante, para além da questão abordada na especificidade dos estudos literários no seu sentido mais tradicional, o campo que nos ocupa neste dossier refletir comportamentos humanos e sociais que fazem entrar, a obra e o autor literários, no sistema por mais do que uma porta, nem sempre a mais elevada. E diz Camila Dacome que

Possíveis escândalos que acontecem na esfera das premiações também foram destacados na obra de English. Ele diz que “talvez não haja instrumento que sirva melhor do que um escândalo para fazer as coisas acontecerem no campo da cultura; é o instrumento por excelência da ação simbólica”. (DACOME, 2018:31)

Ora se, como é costume dizer-se, a regra defende o pobre, contra escândalos, até em atitude preventiva, a existência e cumprimento de um regulamento parece ser uma prática recomendável, transformando-se inclusivamente num instrumento que,

como pretendemos deixar claro com este nosso breve texto, pode ser significativo para desenhar perfis importantes nos estudos literários. Falamos de tendências contemporâneas, comportamentos de criação e receção do *literário*, abrindo pistas na abordagem dos próprios textos, em estudos de casos e mesmo em exercícios de *close reading*. Os regulamentos seriam, assim, documentos legitimadores das próprias *instâncias de legitimação* que são os prémios literários.

Para o presente artigo, da pesquisa que fizemos à Base de Dados da DGLAB elencámos 14 prémios para obras de literatura juvenil (ou infantojuvenil, deixando a só infantil de lado, com exceção do prémio atribuído pela Agência Portuguesa do Ambiente), ainda em vigor ou suspensos, atribuídos por municípios, fundações, instituições culturais ou empresas, a autores já com, ou ainda sem, publicação literária. A Base não está, porém, nem completa, nem atualizada, servindo-nos mesmo apenas, não só para irmos ao encontro do que acabamos de defender, mas até como critério de princípio, sempre questionável e inquestionavelmente dinâmico, para balizar o nosso espaço de intervenção hoje e aqui.

Importa dizer que a DGLAB é uma estrutura organizacional do Estado português, com uma história que recua ao ano de 1980, mas cujas atribuições datam de 2007. Foi criada “com vista a assegurar a coordenação e a execução da política integrada do livro não escolar, das bibliotecas e da leitura”. Esta entidade, responsável pelo Prémio Nacional de Ilustração,

tem como objetivo reconhecer e incentivar o trabalho de artistas portugueses ou residentes em Portugal no domínio da ilustração de livros. Atribuído anualmente desde 1996, distingue um ilustrador pelo conjunto de trabalhos originais publicados num livro editado entre 1 de janeiro e 31 de dezembro do ano anterior à abertura do concurso. O valor do prémio é de 10.000 euros, acrescido de 1500 euros destinados a apoiar uma deslocação à Feira Internacional do Livro Infantil e Juvenil de Bolonha, Itália. As menções especiais são também premiadas com 1500 euros destinados a compartilhar a presença dos ilustradores na referida Feira.

De certa forma, e sem entrar em detalhes, este prémio tende a emular o galardão do IBBY, na falta de atividade que uma há muito criada sua secção portuguesa, a APLIJ – associação portuguesa de literatura infantil e juvenil poderia assumir. A DGLAB também atribui uma bolsa de criação artística que contempla igualmente a área da literatura infantil e juvenil.

Da Base de Dados dos prémios elaborada pela DGLAB, conseguimos encontrar os regulamentos de 10 dos 14 prémios para literatura juvenil elencados. Regulamentos com detalhes díspares, alguns adaptados a cada ano em que os concursos ocorreram e, nestes casos, também só alguns com a menção explícita dos membros que compõem o júri. Alguns dos prémios ocorreram em períodos muito limitados, sendo caso paradigmático o *Prémio Centro Cultural do Alto Minho*, atribuído apenas em 2009 no decorrer de um *I Concurso de Literatura Infanto-Juvenil*, aberto a todos os países de língua portuguesa, com intenção de assinalar e iniciar no ano do trigésimo aniversário da instituição uma iniciativa que visava

incentivar e promover a literatura infanto-juvenil, criando a possibilidade de lançar novos escritores e consolidar aqueles que já escrevem há algum tempo, mas que por falta de oportunidade não encontram espaço para a publicação dos seus textos. Pretende-se motivar todos os possíveis autores e gerar reflexões para a importância da palavra lida/escrita quer como “meio privilegiado de comunicação, quer como forma de construção de mundos imaginários”, quer como reinterpretação do real, de novas vivências e de novas possibilidades construtivas afectivas e estéticas.

(<http://www.centroculturaldoaltominho.org>)

Já os critérios de apreciação são também elencados, mas de forma tão generalista que os deixou ao gosto dos membros do júri, só posteriormente ao prazo de submissão ao concurso nomeados. Ao que se pedia, a *História do Rapaz Que Se Tornou Fazedor de Estrelas* de Conceição Dinis Tomé terá cumprido. E no ano de 2012, esta mesma autora volta a ganhar outro prémio, desta feita *O Caderno do Avô Heinrich* que, ao contrário do anterior que tinha sido editado pela instituição premiadora, foi editado pela Editorial Presença em 2013. Não a esta autora, mas a este prémio intitulado *Maria Rosa Colaço* e atribuído por um município não mencionado na Base da DGLAB, voltaremos mais adiante. Para já, resumamos brevemente os dados que recolhemos.

Dos 14 identificados pela DGLAB, os 10 prémios com regulamentos conhecidos, acessíveis numa busca rápida, são os seguintes, elencados de acordo com os seus promotores, que dividiremos em três grupos, identificando cada um com uma letra que servirá para referência posterior: 1. Prémios atribuídos por instituições públicas ou privadas, temos *O Ambiente na Literatura Infantil*, da Agência Portuguesa do Ambiente (A), o *Bissaya Barreto* (B), o *Ferreira de Castro* (C), promovido por uma associação ligada a um agrupamento de escolas com o nome do autor, o do *Centro Cultural do Alto Minho* (D) que já mencionámos e o *Calouste Gulbenkian de Literatura para Crianças e Jovens – Branquinho da Fonseca-Expresso* (E); 2. Prémios atribuídos por municípios são o *Adolfo Simões Muller* (F) e os *Matilde Rosa Araújo* escritora cujo nome identifica dois prémios de municípios diferentes, Cascais (G) e Trofa (H), este último com o apoio do *Instituto Camões da Cooperação e da Língua*; 3. Prémios atribuídos por empresas, onde temos apenas o mais recente deles, o *Pingo Doce* (I). Em 1980, a editorial Caminho, atribuiu um prémio comemorativo do Ano Internacional da Criança que não contemplámos na nossa pesquisa. Também contabilizámos, mas não considerámos na nossa análise, o Prémio de Literatura Infantil e Juvenil atribuído entre 1970 e 1974, e que, como se afirma na página *web* da DGLAB, esteve «integrado nos Prémios da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, Direcção-Geral da Informação», correspondendo aos últimos anos antes da Revolução de Abril. Este prémio leva o nome de Maria Amália Vaz de Carvalho, o mesmo de um outro ainda agora atribuído pelo município de Loures, na zona da Grande Lisboa, que premeia jovens autores de literatura e não, especificamente, literatura para jovens leitores.

Não sendo muitos, nem os prémios, ou em vigor ou com uma certa regularidade, nem os que têm regulamentos acessíveis, dos consultados podemos, ainda assim, retirar algumas considerações que são relevantes para a imagem do livro e do leitor juvenil. Mas também sobre a imagem que as instituições parecem preocupadas em passar, proclamando promover gosto e hábitos de leitura, e contando que para isso não seja indiferente a qualidade do que é dado a ler. E pode inferir-se também, feita a

análise e a síntese de todos os regulamentos consultados, que é maior a confiança depositada em *especialistas* em literatura (B e E), embora haja também júris constituídos por autores consagrados (A, C e E). O papel dos representantes que são responsáveis pela opinião da instituição promotora é variável, com maior incidência no parecer de técnicos do que dos responsáveis políticos dessas instituições, o que ainda assim acontece (A, B, E, F e I). Mas há também os regulamentos que são quase omissos sobre o perfil dos membros do júri (D, G e H). Por *especialistas*, há os regulamentos que os entendem como representantes de entidades ou de associações de cariz literário, a quem dizem exigir serem de reconhecida competência e idoneidade (F e I).

Já o laconismo da maioria dos regulamentos, no que concerne os critérios, deixa pouca orientação aos que pretendam atirar-se com afinco ao concurso. Chega a ser confrangedor o facto de, mais do que um dos regulamentos, parecerem fazer um simples *corta-e-cose* desses critérios, já de si tão vagos. Critérios que dizem pedir aos autores que se empenhem na *criatividade/inação*, e que as suas obras cumpram uma absoluta *qualidade literária*, a que aparentemente se exige *organização*, que talvez passe por uma evidente *coerência e coesão* do texto. Pelas características do seu promotor, a Agência Portuguesa do Ambiente, o regulamento do Prémio *O Ambiente na Literatura Infantil* é bastante detalhado e claro nos seus critérios, razão pela qual o mantivemos, quase como contraprova, na base dos nossos dados. Também o género literário aparece com clareza nos regulamentos, havendo até o que, de edição para edição, precisará subgéneros (C).

Recuando ainda à questão financeira do prémio, convém atentar ao facto de os prémios financiados por empresas que têm também o livro como mercadoria poderem ser considerados com alguma desconfiança. Fazemo-lo por duas ordens de razões: pelo facto de o selo de qualidade ser uma manobra de marketing que colhe muitos frutos entre destinatários menos conhecedores dos produtos premiados; mas também por, no caso de promotores que não são especializados em livro e muito menos literatura, a criação de um prémio poder representar outra manobra de projeção num segmento de mercado pouco identificável ainda, mas com potencialidades a transformarem-se em oportunidade, disfarçando-se de novo *core business*. Com efeito, o prémio *Pingo Doce*, até ao contrário de outros prémios com nome de grandes empresas (como o do jornal *Expresso* que se associa à Fundação Calouste Gulbenkian), está (ainda) longe de negociar com segmentos da comunicação, uma vez que é nos supermercados que aposta o seu capital. Não nos parece que, de momento, o objetivo principal seja que os seus potenciais clientes leiam mais e melhor, sendo de certeza seu interesse que num supermercado, diante de uma determinada prateleira, se sintam tão confiantes com uma *marca branca* como com qualquer outro produto fabricado por quem se afirma, no mercado, enquanto especialista. Este alerta servirá, entendemos, para que diante de um autocolante que indique ser um livro que alcançou um prémio, o leitor/consumidor exigente saiba um pouco mais sobre quem dá o prémio e para aferir, por si próprio, da qualidade do *objeto premiado*.

Face a estas conclusões, talvez se perceba ainda melhor a pergunta inicial de Camila Dacome, «se o prêmio não é garantia de nada, a quem ele serve?» (DACOME, 2018:16), já que nestes prémios elencados pela DGLAB, e que correspondem ao real panorama português, manter-se-ão no círculo de uma determinada elite, até na predisposição para esperar pelos premiados do ano com a mesma ansiedade com que se espera o nome do Prémio Nobel, Prémio Camões ou Prémio Oceanos. Não que a alternativa seja a banalização do prémio, mas antes que o destaque dado a estes prémios

atribuídos por júris identificados possa ser compreendido por quem compra e leia as obras e autores premiados. O que aliás já vai acontecendo quando, nas contracapas, as editoras inscrevem, citando, a opinião de membros desse júri. Muito embora, como já dissemos e agora veremos, os critérios para avaliação das obras, nos regulamentos, pouco deixem transparecer o que se espera do seu impacto no leitor a que se dirigem.

Assim, como verificámos, os objetivos dos prémios nem sempre destacam o que valorizaria o leitor das obras premiadas, embora, como seria de esperar, se destaque o valor a acrescentar aos premiados ou, noutros casos, que esse valor honre a fama do nome que batiza o prémio. Destacámos já o texto introdutório do regulamento para prémio único até agora entregue pelo Centro Cultural do Alto Minho, que retomamos por ser o que nos parece melhor abrir essa consideração pelo que a obra premiada poderá trazer ao leitor infantil ou juvenil:

gerar reflexões para a importância da palavra lida/escrita quer como “meio privilegiado de comunicação, quer como forma de construção de mundos imaginários”, quer como reinterpretação do real, de novas vivências e de novas possibilidades construtivas afectivas e estéticas. (<http://www.centroculturaldoaltominho.org>, 2009)

Embora não saibamos de onde é citado o texto entre aspas, apenas desconfiamos que possa plasmar as orientações curriculares para a educação pré-escolar (<http://www.dge.mec.pt/ocepe/>), fazendo regressar o leitor aos bancos da escola, mas uma escola diferente da que parece ter sido, durante demasiado tempo, na relação com a palavra literária. *Reinterpretação do real, outras vivências, afetos e novas perspectivas estéticas* não são metas pouco ambiciosas para um leitor alcançar através da literatura. E constituem, na nossa opinião, uma muito boa súplica do desígnio de uma obra literária que, cumprindo-as, seja premiada.

Já os critérios, como dissemos antes, são parâmetros mais específicos que aparecem demasiado vagos nos regulamentos que os mencionam replicando-os, mesmo sendo com eles que se poderá, e se deverá, ajudar a aferir de forma mais fina o premiado de entre os concorrentes: a *criatividade/inação*, a *qualidade literária*, a *organização*, as *coerência e coesão* dos textos. É no segundo critério que o gosto do júri, critério que não se basta a si próprio num contexto de justiça e justeza, terá mais discricionariedade. É também o critério que corresponde à mais antiga pergunta, e nunca definitivamente respondida, neste campo de ação e criação artística, humana e social: o que é um texto literário? Pergunta que pode complicar-se, ao contrário do que muitos especialistas de teoria e estudos literários ainda negam, ou se esquivam a responder, quando o texto se dirige ao leitor infantil ou juvenil.

Quando o júri seja composto por membros críticos que conheçam bem o subsistema da literatura infantojuvenil; quando seja composto por autores consagrados já dentro do sistema literário que reconheçam as especificidades de um texto com leitor-alvo bem definido mas que se segure no que diz respeito ao texto literário com linguagem literária e capaz de se constituir como um território cosmogónico sustentável; então, julgamos, poder-se-á considerar que o ambivalente mundo da literatura infantojuvenil – mundo da literatura, mundo da criança/jovem – estará contemplado na prossecução de uma educação literária, mesmo que não-formal ou informal.

Vamos ver, caminhando para o fim do nosso artigo, como caso para exemplo do atrás dito e em jeito de história de vida, o sucedido na edição de 2009 do Prémio

Maria Rosa Colaço, em que o vencedor na categoria *literatura juvenil* foi *Os Livros Que Devoraram O Meu Pai* de Afonso Cruz, editado depois em 2010 pela Editorial Caminho.

3. O caso de um livro devorador de leitores

Um dos painéis de júri de que fizemos parte foi o deste prémio, que deixou de constar, certamente por lapso ou outra razão que nos escapou, na Base de Dados da DGLAB, à data da nossa consulta. Trata-se de um prémio atribuído pelo município de Almada, cidade vizinha da frente de Lisboa, na margem sul do rio Tejo. O prémio, como dissemos, tem o nome da escritora Maria Rosa Colaço (1935-2004), e a ele concorrem inéditos em separado nas duas vertentes, a infantil e a juvenil. De 2006, ano inaugural, a 2010 coexistiram as duas vertentes, desde 2011 acontecem em anos alternados, ano par juvenil, ano ímpar infantil. É da secção juvenil que traremos agora testemunho, antes de atarmos as pontas que fomos deixando mais soltas anteriormente.

De acordo com o regulamento, que se mantém relativamente inalterado desde a primeira edição, a entidade promotora «atribui, anualmente o Prémio Literário Maria Rosa Colaço, com o objetivo de homenagear esta ilustre escritora de Literatura Infanto-Juvenil, e incentivar a criatividade literária premiando uma obra inédita de um autor português». O júri é composto por um representante da Associação Portuguesa de Escritores, um representante da Secção Portuguesa do IBBY, e um representante da Câmara Municipal de Almada. No ano de 2009, recebemos do município a responsabilidade de ser sua representante, juntamente com o convite para participar desse júri. O facto de o edil ter deixado nas mãos de uma professora e investigadora em literatura infantojuvenil disse, e diz, muito sobre a vontade que o executivo põe na qualidade das obras premiadas.

Dois caixotes grandes e pesados entraram pela bagageira quando o tempo começava a aquecer e prometendo que as férias daquele Verão de 2009 teriam já leitura definida. Regulamento lido, prazos combinados, os dados lançaram-se para a tarefa de ordenar, com critério e argumentário, cerca de uma centena de textos. Com uma única certeza, estes eram inequivocamente candidatos a entrarem no mundo da Literatura, respeitando a única intenção que partilhávamos naquele momento com os concorrentes: os textos teriam um leitor-modelo, infantil ou juvenil.

Metodologia estabelecida, começámos pelo *caixote da infantil*. O que mais dificultou o nosso trabalho foi precisamente o facto de muitos daqueles textos procurarem a criação de mundos relativamente banalizados do universo da fantasia que se identifica, sem questionamentos, como do gosto da criança. Falamos de fadas, borboletas, coelhos, perdidos e tristes que, no fim de algum episódio fugaz, encontram a felicidade definitiva. De facto, quando nos deparamos com textos - que, mesmo usando esses *tipos* ou elementos *tipificados* (uma certa padronização, portanto), modificam esse banalizado horizonte de expectativa de adultos que escolhem para as crianças, e em que a linguagem se trabalha para ser polissémica, e as referências metalinguísticas interessantes surgem aqui e ali, desafiando a curiosidade do pequeno leitor, - a eliminação de outros e a escolha destes diminui consideravelmente a malha da rede. Não recordamos a obra vencedora desse ano, que esteve por algum tempo empatada com outras até à reunião do júri, mas da do ano seguinte lembramo-nos bem da forma como se destacava. No desfazer do anonimato de 2010, a escolha consensual

revelou tratar-se de texto de autora já consagrada. Um misto de alegria pelo reconhecimento e confirmação dos critérios, com a desilusão de não encontrar ali uma revelação que acrescentasse valor ao panorama literário para a infância.

No *caixote da juventude*, menos exemplares mais extensos revelavam uma outra maturidade na construção de um mundo ficcional e na utilização de uma linguagem literária desafiante. Terá sido na leitura do segundo ou terceiro concorrente que encontrámos um tesouro. Ao fim de meia dúzia de páginas resolvemos guardar de lado o texto e prosseguir a leitura dos outros candidatos, com a impressão de que o que viesse a seguir poderia ficar prejudicado pelo deslumbramento causado por aquela experiência de leitura. Foi, no entanto, apenas uma suspeita que se confirmou: naquele ano não haveria texto a que aquele não fizesse sombra. Deixaremos a voz dos elogios desta obra a outros, já adiante, a confirmar a nossa escolha em 2009, não sem antes realçar o facto de, amiúde naquela primeira leitura, termos constantemente avaliado o quanto um jovem leitor, mais ou menos habituado a ler, se prenderia a este ou aquele detalhe, acontecimento, diálogo, monólogo.

Falámos dos objetivos, dos critérios e dos impactos que os prémios podem ter não apenas na constituição do *corpus* literário contemporâneo português de livros para jovens, como no seu sucesso em atrair leitores que, no difícil caminho de adolecerem, persistem no ato exigente de entrar na leitura e aí permanecerem apesar de todas as rivais atividades sociais que os podem, e tantas vezes conseguem, desviar do mundo dos livros. Chegámos, através de um exemplo concreto, à história de um percurso de um texto candidato até alcançar um prémio. Terminaremos espreitando um pouco o resto do seu percurso, tão incompleto quanto a alegria que pusemos naquela primeira leitura do manuscrito de uma obra a ser premiada. Os territórios inaugurais, também de leitura, são maravilhosos. Como uma espécie de regresso à idade de ouro das boas memórias de infância.

No *site* do Plano Nacional de Leitura, uma plataforma sobretudo frequentada pelos professores em busca de conselhos para uma lista de livros a constituírem para rechearem a sua biblioteca de sala de aula, a obra ganhadora do Prémio Maria Rosa Colaça 2009 é recomendada para alunos a partir dos 12 anos, destinada a leitura autónoma, sendo também recomendada para a formação de adultos como sugestão de leitura. A sinopse oficial diz assim, na contracapa, como um *trailer*:

Vivaldo Bonfim é um escriturário entediado que leva romances e novelas para a repartição de finanças onde está empregado. Um dia, enquanto finge trabalhar, perde-se na leitura e desaparece deste mundo. Esta é a sua verdadeira história — contada na primeira pessoa pelo filho, Elias Bonfim, que irá à procura do seu pai, percorrendo clássicos da literatura cheios de assassinos, paixões devastadoras, feras e outros perigos feitos de letras. (CRUZ, 2010)

Estamos absolutamente convictas de que, independentemente do prémio, e já com alguma intervenção pelo campo literário a par do seu lugar definitivo, anterior e atual, na ilustração, esta obra que consagrou Afonso Cruz na literatura juvenil teria sido editada, mais ano, menos ano. No entanto, talvez não tivesse tido a velocidade a que se seguiram os demais galardões: o Grande Prémio de Conto Camilo Castelo Branco em 2010; o Prémio Autores 2011 da Sociedade Portuguesa de Autores/Rádio Televisão Portuguesa para *A Contradição Humana* (Caminho, 2010), obra também selecionada para a White Ravens 2011, que obteve menção especial do Prémio Nacional de

Ilustração e esteve presente na Lista de Honra do IBBY; Prémio Ler/Booktailors 2012 para Melhor Ilustração Original e o Prémio Literário Europeu 2012, decidido na Feira de Frankfurt. É interessante ouvir o que pensa o próprio autor sobre este percurso, num apontamento audiovisual disponível em <<http://afonsocruz.booktailors.com/escrita/>>.

Num blogue intitulado *Livrómano*, primeiro sítio *web* dentro do género em que paramos numa busca sobre a obra, o crítico literário Mário Rufino escreve um texto que corresponde totalmente à nossa própria opinião sobre este texto de Afonso Cruz. Fá-lo numa plataforma acessível a qualquer jovem leitor que queira saber mais sobre o livro de que lhe aconselharam leitura e, julgamos, cumprindo também o papel de mediação a que os críticos são chamados para se dirigirem, com rigor e qualidade, a públicos específicos. Citamos esse texto, ainda que um pouco longo, por também ele ser enquanto texto crítico um elemento epitextual que poderíamos dar a ler a um jovem. E diz assim:

O livro de Afonso Cruz está para um leitor como uma loja de doces está para uma criança. *Os livros que devoraram o meu pai* é, sobretudo, um livro sobre livros. Afonso Cruz abre portas para outras obras, fala de quem lê, fala de quem escreve, sempre com paixão e simplicidade.

Tudo começa quando Elias Bonfim, personagem principal, decide sair do mundo real, “desprovido de literatura”, e, no sótão, senta-se na antiga poltrona do seu pai, Vivaldo Bonfim, para ler as obras que ele lhe deixou. Elias assume a herança/biblioteca que lhe foi entregue e entra no mundo onde a geografia e o tempo são delimitados pelo acordo entre escritor e leitor.

“O nome da cidade era Vladivostok. Consultei um atlas para saber, mais ou menos, onde ficava esse lugar. Não era nada perto de casa. Tomei uma decisão para o dia seguinte: atravessar a Sibéria e chegar a Vladivostok, mesmo que isso custasse chegar atrasado para jantar” (pág. 81)

Podemos, desta forma, observar que a herança é muito mais do que o legado genético “porque nós somos feitos de histórias, não é de a-dê-énes e códigos genéticos, nem de carne e músculos e pele e cérebros. É de histórias” (pág. 27)

Elias Bonfim (EB) (repare-se no nome de família) dedica-se a viajar, procurar, descobrir, compreender... dentro de uma biblioteca. Os livros encostados uns aos outros, numa prateleira, são universos paralelos.” (pág. 96)

Visitamos vários autores de épocas diferentes, conhecemos ou revisitamos personagens de universos diferentes, tudo isto conduzido por uma história policial e montada de forma simples.

A estrutura narrativa é linear e tanto o aspecto sintáctico como semântico são dotados de autenticidade, sem construções fráscas demasiado complexas e léxico menos acessível. A narração mantém-se no essencial. O narrador não entra em descrições paralelas que afastam o leitor do que é fundamental na história. Estas características dotam a obra de capacidade para abranger diferentes faixas etárias. Um dos aspectos mais interessantes, e devidamente sustentado pela simplicidade narrativa, é a diluição da fronteira entre obras literárias. Devido a isto, o autor oferece-nos a possibilidade de perceber que tudo é intertextualidade e que, afinal, quase tudo depende da

interpretação por parte de uma identidade: o Leitor. A fronteira entre a ficção e a realidade dilui-se no mutável espaço da interpretação.

O leitor (EB) afasta-se da passividade, liberta-se do voyeurismo inerente a qualquer acto de leitura que não consegue, por natureza, eliminar a distância inerente à visão de uma terceira pessoa fora do texto, e envolve-se activamente na acção. Ao sentir que o seu neto já estava maturo, a avó entrega-lhe as chaves da porta do sótão que dá acesso a vários universos. Elias Bonfim transforma-se em parte integrante e interfere no desenvolvimento da acção. Até certa medida, é o que acontece quando “entramos” numa história. Afonso Cruz transformou o leitor numa personagem que, de forma coerente e verosímil, dialoga com outras personagens de outros livros de séculos diferentes. Tudo isto num único espaço e num único tempo criados em *Os livros que devoraram o meu pai*. Esta obra vale por si própria, mas é, também, uma excelente apresentação do tanto que existe por descobrir nesses universos paralelos que são os livros.

(<https://www.livromano.pt/2012/08/os-livros-que-devoraram-o-meu-pai-de.html>, com correções gráficas nossas)

Esperamos que, com este exemplo – um episódio de história de vida – que trazemos para encerrar por agora, a nossa reflexão sobre prémios do campo literário tenha acrescentado argumentos a quem chegou ao fim da sua leitura. Aqui quisemos apresentar apontamentos que vêm a ser resultado de um percurso em que nos preocupamos com o acrescentar património às heranças da leitura de literatura, que recebemos desde que os livros nos chegam às mãos. E para esta forma de preservação pelo incremento, os prémios são apenas um, valioso em vários sentidos, dos muitos instrumentos para que não se delapidem herdeiros e, consequência na sequência de tal postura, acabe por se empobrecer o campo maior em que este *talhão* também frequentado por leitores crianças e jovens, mesmo que com o número crescente, quase avassalador, de livros que se publicam, exige mais do que quantidade: a Literatura.

Referências

ALMEIDA, G. Acerca dos prémios literários. *Diacrítica*, Braga, v.29, n. 3, p. 18-22, 2015.

Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0807-89672015000300003&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 11 jan. 2021.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CASANOVA, P. *La République Mondiale des Llettres*. Paris: Seuil. p. 217, 2008.

CRUZ, A. *Os Livros Que Devoraram O Meu Pai - A estranha e mágica história de Vivaldo Bonfim*. Lisboa: Leya-Editorial Caminho, 2010.

CRUZ, A. Entrevista à Booktailors, disponível em <<http://afonsocruz.booktailors.com/escrita/>>, acesso em 11 jan. 2021.

DACOME, C. M. *O Prestígio na Literatura: um estudo do campo literário brasileiros através do Portugal Telecom* / Camila Mazi Dacome; orientador, Jefferson Agostini Mello. Dissertação de Mestrado em Filosofia. Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2018.

DGLAB. *Base de Dados de Prémios Literários*. Disponível em <<http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/premios/bdpremios/Paginas/BdPremioBdPremiosBd.aspx>>. acesso em 11 jan. 2021.

ENGLISH, J. F. *The Economy of Prestige*. Harvard University Press, 2005. *JSTOR*, www.jstor.org/stable/j.ctt13x0k19. Accessed 11 Jan. 2021.

MACEDO, A.G. Introdução. *Diacrítica*, Braga, v. 29, n. 3, p. 7-11, 2015. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0807-89672015000300001&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 11 jan. 2021.

REGULAMENTO DO PRÉMIO “MARIA ROSA COLAÇO” disponível em <http://www.malmada.pt/xportal/xmain?xpid=cmav2&xpgid=agenda_detalhe&agenda_detalhe_qry=BOUI=41480&agenda_titulo_qry=BOUI=41480>, acesso em 11 jan. 2021.

RUFINO, M. *Livrómano*, blogue disponível em <<https://www.livromano.pt/2012/08/os-livros-que-devoraram-o-meu-pai-de.html>> acesso em 11 jan. 2021.

SILVA, M_ M.; KEATING, E. Complexités des prix littéraires et littérature française... *Carnets: revue électronique d'études françaises*. Série II, n° 9, p. 73-83, jan. 2017. Disponível em <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/14965.pdf>>, acesso em 11 jan. 2021.